

## Appio reduz sigilo de inquérito sobre suposta infiltrada da PF

O juiz Eduardo Appio, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, reduziu o sigilo de um inquérito da Polícia Federal que apurava se a contadora Meire Bomfim da Silva Poza atuava como "agente infiltrada" a serviço de investigadores da operação "lava jato" na capital paranaense.

Divulgação/Justiça Federal do Paraná



O juiz Eduardo Appio, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba  
Divulgação/Justiça Federal do Paraná

Ex-contadora do doleiro Alberto Youssef, um dos principais delatores da "lava jato", Poza teria atuado como "infiltrada" para a Polícia Federal, conforme reportagem publicada pela revista *CartaCapital* em julho de 2018.

De acordo com a publicação, Poza mantinha contato direto com agentes da Polícia Federal em São Paulo. O objetivo seria esquematizar ações de busca e apreensão da operação, que teve início em março de 2014.

A decisão de Appio é da última quinta-feira (15/4). Nela, o juiz federal afirma que o inquérito foi arquivado há mais de um ano e que, por isso, não existe motivo para a manutenção do sigilo.

"Ante tais considerações, reduzo o nível de sigilo imposto ao presente inquérito na medida em que, já tendo sido devidamente arquivado (...), não se vislumbra qualquer providência adicional de investigação no presente momento", disse o juiz, atual responsável pelos processos da "lava jato".

"O Judiciário não pode se converter em um leal guardião dos segredos da República, especialmente quando envolvem potenciais e supostamente graves ilegalidades (segundo a portaria que iniciou a investigação da PF)", completou o juiz.

A investigação à qual Appio se refere foi aberta pela Polícia Federal para apurar a relação entre a contadora e o delegado da PF Marcio Anselmo. Na reportagem de 2018, a *CartaCapital* relatava que Poza e o delegado escolhiam quem seria alvo da operação e para qual jornal ou revista os vazamentos de detalhes da "lava jato" seriam encaminhados.

Os autos do inquérito policial registram, entre outros pontos, que Meire Poza procurou a Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros da PF em São Paulo para mostrar documentos referentes a movimentações "estranhas" de uma das empresas do doleiro Youssef.

O inquérito descreve também que o delegado de São Paulo informou à contadora que iria passar o telefone dela ao responsável pela "lava jato"; e que, em 25 de abril de 2014, ela foi procurada pelo delegado Anselmo e que os dois passaram a ter contato frequente e a colaborar na operação.

O inquérito foi arquivado após manifestação do Ministério Público Federal em 2 de março de 2017, em documento assinado pelo procurador regional da República Januário Paludo. Na peça, o MPF alega "atipicidade dos fatos noticiados" e diz que "o máximo que pode ter ocorrido é excesso de confiança ou ingenuidade dos agentes policiais no trato com Meire Poza".



"Dos elementos coligidos ao presente inquérito policial, verifico que Meire Poza não foi utilizada como 'agente infiltrada'. As conversas mantidas entre Meire e os agentes policiais inserem-se entre as medidas investigativas empregadas para viabilizar o resultado útil de eventual busca e apreensão, tendo sido restritas ao objeto investigado", diz o documento.

Um dos mais influentes membros da "lava jato", Paludo atuou na operação desde seu início. O grupo "Filhos de Januário", que ficou famoso após a divulgação das conversas entre membros da força tarefa e o ex-juiz Sergio Moro, no episódio conhecido como "vaza jato", faz referência a Paludo.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-abr-16/appio-reduz-sigilo-inquerito-suposta-infiltrada-pf-2/>